



MEMORIA, VERDADE E JUSTIÇA:

ONTEM, HOJE E SEMPRE!

VOLUME I

Deputada Federal

MARIAdo
ROSÁRIO★



O MEDO SECA A BOCA, MOLHA AS MÃOS E MUTILA. O MEDO DE SABER NOS CONDENA À IGNORÂNCIA; O MEDO DE FAZER NOS REDUZ À IMPOTÊNCIA. A DITADURA MILITAR, MEDO DE ESCUTAR, MEDO DE DIZER, NOS CONVERTEU EM SURDOS E MUDOS. AGORA A DEMOCRACIA, QUE TEM MEDO DE RECORDAR, NOS ADOECE DE AMNÉSIA; MAS NÃO SE NECESSITA SER SIGMUND FREUD PARA SABER QUE NÃO EXISTE TAPETE QUE POSSA OCULTAR A SUJEIRA DA MEMÓRIA.

EDUARDO GALEANO

Em um cenário de duros ataques à democracia advindos de setores da sociedade inconformados com os avanços sociais dos governos populares e do grupo que detém o poder desde o golpe de 2016, o mandato da Deputada Federal Maria do Rosário idealizou um projeto voltado à rememoração da história da ditadura civil-militar brasileira. Memória, verdade e justiça: ontem, hoje e sempre! é um projeto que tem a pretensão de fomentar a construção e reconstituição de grupos de pesquisa e investigação dos crimes cometidos contra a população brasileira no período militar.

Passada mais de meia década da entrega do relatório final da Comissão Nacional da Verdade, sentimos a necessidade de resgatar o árduo trabalho que tantos cidadãos e cidadãs dedicaram e vem se dedicando desde mesmo antes do término da ditadura. Entendemos que apenas com políticas de memória, de verdade e de justiça, teremos condições de chegar a uma verdadeira democracia, onde nenhum cidadão será tratado como menos merecedor de seus direitos, seja por seu posicionamento político, sua identidade gênero, sua orientação sexual, sua condição social, sua origem ou cor de sua pele.

Para além de fomentar a pesquisa e investigação de acontecimentos do período ditatorial, Memória, verdade e justiça: ontem, hoje e sempre! também se dispõe a ser um espaço de escuta, onde o mandato possa ter contato direto com a população e, junto dela, formular um projeto de lei que retome políticas de memória e reparação, assim como de divulgação do conhecimento científico acerca da temática.

Convidamos a todos e todas que ainda são capazes de tremer de indignação a cada injustiça cometida no mundo e que querem que o nosso país seja um lugar mais acolhedor, a juntar-se a nós e não deixar que a nossa história se apague, para que nunca mais se repita.

E assim, seguiremos lutando.
Por memória, verdade e justiça.

O SILÊNCIO QUE ATORDOA

Fruto de um golpe de Estado que derrubou o então presidente João Goulart, a ditadura civil-militar brasileira marcou profundamente a história do nosso país. Em um cenário onde tantas pessoas vão às ruas para pedir intervenção militar, um novo AI-5 e elegem um presidente abertamente antidemocrático, rememorar este momento em que o medo era o principal regente da sociedade e em que tantos direitos básicos foram violados se torna cada vez mais importante. É preciso que lutemos contra a repetição do horror. E essa luta passa também pela luta contra o esquecimento.

A DITADURA

O mês de abril de 1964 se iniciou com grandes mudanças no cenário político brasileiro. Com respaldo civil, as Forças Armadas assumiram a Presidência da República, por meio de um golpe de Estado, dando início a uma intervenção que se tornaria uma ditadura que perdurou por 21 anos.



Há quem considere a fase inicial da ditadura mais “branda”¹, pois ainda existia uma certa liberdade de imprensa, de expressão e de manifestação, assim como a possibilidade de habeas corpus. No entanto, logo nos primeiros anos do regime, sob o comando do ditador Castelo Branco, foram editados quatro

Atos Institucionais, uma Nova Constituição, a Lei de Imprensa e instaurado o Serviço Nacional de Informações (SNI). Castelo Branco foi responsável pelo maior número de cassações de mandatos parlamentares e direitos políticos, além de formular um amplo respaldo jurídico para o Estado ditatorial em formação, podendo ser considerado o verdadeiro construtor do regime autoritário².

REFORMAS DE BASE

AS REFORMAS DE BASE ERAM CONSTITUÍDAS DE GRANDES MUDANÇAS NA ORGANIZAÇÃO ECONÔMICA, POLÍTICA E SOCIAL DO BRASIL. ENVOLVIAM REFORMAS BANCÁRIA, FISCAL, ELEITORAL, URBANA, ADMINISTRATIVA, UNIVERSITÁRIA, E, COM DESTAQUE, A REFORMA AGRÁRIA. DEFENDIAM TAMBÉM MEDIDAS NACIONALISTAS E UM MAIOR CONTROLE DO CAPITAL ESTRANGEIRO NO PAÍS.

Para o fortalecimento do regime, o respaldo civil - principalmente da classe média - era essencial. Sendo assim, em um primeiro momento, os militares optaram por uma repressão seletiva, direcionada a líderes de esquerda e pessoas vinculadas ao governo anterior. No campo político e econômico, as principais mudanças foram o abandono total das Reformas de Base do governo de João Goulart e o alinhamento automático à superpotência estadunidense, que apoiou e financiou o movimento golpista.

Conforme a ditadura ia se consolidando, o autoritarismo se agravava. Já no governo do ditador Costa e Silva, no ano de 1968, em meio a uma manifestação estudantil, o secundarista Edson Luís foi assassinado por policiais militares. Meses depois, ocorreu de forma clandestina o 30º Congresso da UNE, onde centenas de estudantes foram presos após uma invasão das forças repressivas. Ações como essas levaram o deputado Márcio Moreira Alves, do MDB (partido da oposição “consentida”³),

a denunciar na tribuna os abusos cometidos pelos agentes do Estado. Essa indignação e insubordinação que crescia vertiginosamente entre a população foi usada como pretexto para que a ditadura se tornasse ainda mais violenta. Em 13 de dezembro do mesmo ano, o quinto Ato Institucional (AI-5) deu início a uma nova fase do governo militar, onde o Estado ganhava a autorização para cometer as mais graves violências contra seus cidadãos.

Utilizado como um instrumento de violação explícita de direitos humanos, o AI-5 foi considerado um “golpe dentro do golpe”. A partir dele, tribunais militares passaram a julgar os “crimes contra a segurança nacional”, retirando também o direito de habeas

corpus. O presidente ganhou ainda mais poderes, agora passava a ter o direito de fechar o Congresso Nacional, as Assembleias Legislativas e as Câmaras Municipais; cassar mandatos legislativos e executivos, federais, estaduais e municipais; suspender direitos políticos; demitir, remover e aposentar funcionários civis e militares; demitir ou remover juízes; decretar estado de sítio sem restrições; confiscar bens; legislar por decreto e baixar atos institucionais ou complementares⁴.

Se aproveitando desses poderes quase absolutos, no mesmo dia da decretação do Ato, Costa e Silva fechou o Congresso. Dentre as novas cassações, estava até mesmo Carlos Lacerda, um dos principais articuladores civis do golpe de 1964.

ATOS INSTITUCIONAIS

MEDIDAS DO PODER EXECUTIVO MILITAR PARA DAR GARANTIA JURÍDICA A SEUS ATOS REPRESSIVOS. POR MEIO DELES FOI POSSÍVEL CASSAR MANDATOS, DISSOLVER PARTIDOS E INSTAURAR O BIPARTIDARISMO, SUSPENDER DIREITOS POLÍTICOS, CRIMINALIZAR MANIFESTAÇÕES E ORGANIZAÇÕES, INTERVIR NAS MAIS DIVERSAS INSTÂNCIAS DA VIDA POLÍTICA E SOCIAL DA NAÇÃO. O MAIS POLÊMICO E CONHECIDO ATO FOI O AI-5, QUE RETIROU O DIREITO DE HABEAS CORPUS E GARANTIU PODERES QUASE ILIMITADOS AO PRESIDENTE DA REPÚBLICA.

O avanço repressivo iniciado com a decretação do AI-5, se desdobrou no que ficou conhecido como “anos de chumbo”. Após o adoecimento de Costa e Silva, uma Junta Militar foi nomeada para evitar que o vice-presidente civil, Pedro Aleixo, tomasse posse. Nesse momento foram também instituídos a pena de morte, a prisão perpétua e o banimento.

Em outubro de 1969, Emílio Garrastazu Médici subiu ao poder com o lema de “Segurança e Desenvolvimento”. A “segurança”, que desde antes do golpe já era disseminada como algo que apenas as Forças Armadas poderiam assegurar, e apenas se a população abrisse mão de parte de suas liberdades, se consumou na mais absoluta violência e supressão de direitos civis do período republicano brasileiro, transformando a tortura e o assassinato em rotina⁵. O “desenvolvimento”, veio por meio do “milagre econômico” e do Plano de Integração Nacional (PIN). O crescimento na economia, que de milagre não tinha nada, veio com um grande endividamento externo, e somente as camadas mais abastadas da divisão social puderam aproveitar, aumentando ainda mais a desigualdade entre as classes. O PIN,

LEI DA ANISTIA

A LUTA PELA ANISTIA SE INICIOU AO MESMO TEMPO QUE COMEÇARAM AS CASSAÇÕES DE MANDATOS PARLAMENTARES. EM PROTESTO ÀS ELEIÇÕES INDIRETAS DE 1974, ULYSSES GUIMARÃES LANÇOU-SE “ANTICANDIDATO” TRAZENDO EM SEU DISCURSO A DEMANDA DA ANISTIA. AS MULHERES TIVERAM UM PAPEL ESSENCIAL PARA A LUTA, COM A CRIAÇÃO DO MOVIMENTO FEMININO PELA ANISTIA. A POPULAÇÃO DEMANDAVA POR UMA ANISTIA “AMPLA, GERAL E IRRESTRITA”, CONTEMPLANDO TODOS QUE AGIRAM CONTRA A DITADURA, NO ENTANTO, OS MILITARES ACABARAM CRIANDO UMA LEI QUE, ALÉM DE ANISTIAR PRESOS POLÍTICOS, GARANTIA A IMPUNIDADE PARA AQUELES QUE USARAM DAS FORÇAS DO ESTADO CONTRA SEUS CIDADÃOS.

no intuito de expandir fronteiras internas por meio de criação de novas rodovias, cidades e ampliação de negócios, atingiu diretamente comunidades indígenas, tendo por consequência perseguições, prisões, torturas e assassinatos⁶.

Em 1974 um novo ditador passa a governar o país. Ernesto Geisel, foi o responsável pelo início do processo de abertura política “lenta, gradual e segura”. Nessa nova fase foi possível perceber um abrandamento na censura à imprensa e a sociedade num geral. Eclodiram movimentos a favor dos direitos humanos e da luta pela anistia aos perseguidos políticos. O declínio do crescimento econômico, assim como as graves denúncias sobre violação de direitos humanos e crimes de lesa-humanidade cometidos por agentes do Estado, começava a atingir a estabilidade do regime. É também neste panorama de



suposta abertura que o fenômeno do desaparecimento forçado se torna rotina⁷.

Em meio a período conturbado, marcado por greves trabalhistas e grandes manifestações estudantis, em 1979 tomou posse João Batista Figueiredo. No mesmo ano, após um grande esforço de movimentos sociais, foi aprovada, enfim, a Lei da Anistia. Uma lei que ao mesmo tempo que foi essencial para a retomada do processo democrático do país, possibilitando o retorno de muitas lideranças políticas, foi condenatória ao anistiar também, e em equivalência, os torturadores e assassinos que serviam ao Estado repressor. Aos poucos, a sociedade brasileira ia se reestruturando e abrindo espaço para a volta da democracia.

Entre os anos de 1983 e 1984, uma grande mobilização tomou as ruas do país. Com o slogan “Diretas já! Eu quero votar para presidente”, a campanha pelo voto direto para a eleição presidencial de 1984 envolveu todos os grupos de oposição, contando até mesmo com algumas dissidências do regime, e encontrou um amplo apoio da sociedade civil. Ainda que não tenha atingido seu principal objetivo, tornou quase irreversível o enfraquecimento do regime. Eleito de forma indireta, Tancredo Neves, um civil, marcou o fim dos governos militares. Em seu discurso de vitória, anunciou uma Nova República, comprometendo-se em convocar a Assembleia Constituinte.

Com a saúde debilitada, Tancredo acabou falecendo antes mesmo de assumir a presidência. Seu vice, José Sarney, foi quem se tornou, efetivamente, o primeiro presidente civil após o golpe de 1964, iniciando uma nova fase da República brasileira. A saída de Figueiredo pela porta dos fundos do Palácio do Planalto⁸ simbolizou um fim vergonhoso para aqueles que, por tantos



anos, usurpam o comando da nação.

O MEDO

Presente em todos os setores da sociedade, o medo foi um dos principais agentes coercitivos, tanto para a implantação da ditadura civil-militar, como para o seu sustento. O contexto da Guerra Fria permitiu que se fizesse, ainda no governo de João Goulart, uma forte propaganda anticomunista, idealizada pelos setores golpistas e disseminada pelos grandes meios de comunicação. O medo da “ameaça vermelha” ajudou aqueles que buscavam o poder a garantir um amplo espaço na sociedade civil, não apenas nas classes médias e altas, como também entre os trabalhadores.

Mesmo depois de assumir o governo, os militares ainda precisavam do medo para desmobilizar os movimentos sociais que haviam emergido nos últimos anos e se encontravam em absoluta efervescência. Para isso, utilizaram a figura do “inimigo interno”. Isto é, todos os cidadãos que se opusessem ao regime eram tratados como inimigos e deveriam ser neutralizados a qualquer custo. A suposta ameaça do comunismo (que não se apresentava como uma real possibilidade no Brasil) levou os militares ao poder, e a figura do inimigo interno era o que justificava a necessidade de que eles permanecessem lá.

O que iniciou como uma perseguição voltada às lideranças de esquerda, em especial da luta armada, no decorrer do regime foi se transformando em uma violência cada vez mais ampla e abrangente. No ápice da repressão, nenhum setor da sociedade ficou incólume. Na visão do regime, ou o indivíduo se colocava ao lado do Estado e colaborava totalmente com ele, ou se tornava imediatamente suspeito.

A violência utilizada pela ditadura não se restringia ao formato direto, como em perseguições, sequestros, torturas e desaparecimento de seus oponentes. Poderia se dar também de forma “irradiada”, quando o alvo não era o subversivo em si, mas aqueles que se encontravam em seu entorno (em relações de trabalho, amizades, familiares ou mesmo de vizinhança). Esses eram entendidos como potenciais suspeitos, uma vez que poderiam ser culpados pelo comportamento do investigado e por não virarem as costas àquele que insurgiu contra o regime. Ainda que essa violência não fosse voltada diretamente ao perseguido político, também o atingia, de forma que o tornava mais isolado diante de um clima de sonegação de solidariedade e possíveis delações.

O medo, advindo de uma violência direta ou irradiada, cumpria o papel de imobilizar a população, de silenciar suas demandas por uma sociedade mais justa e igualitária. Para além da criação da figura do inimigo interno e da perseguição destes e de seu entorno, os militares ainda produziram um clima de total insegurança e violação de privacidade.

Durante o regime, figuras de delatores eram muito comuns. O Estado tinha seus informantes, espiões e agentes infiltrados nas mais diversas localidades, como em espaços de

estudo, de trabalho, de transporte ou de lazer. Correspondências eram violadas e controladas, escutas telefônicas eram colocadas nos aparelhos de investigados. Tudo estava sob o olhar atento da repressão. Os efeitos dessa violência levavam a sociedade a uma espécie de prisão, mesmo que fora do cárcere. Para a sobrevivência física, precisavam abrir mão de relações sociais, vivendo um intenso sentimento de desconfiança e incerteza⁹.

O sustento de todo esse aparato repressivo dependia também de um forte controle das mídias. Logo nos primeiros momentos do regime, os meios de comunicação passaram a ser amplamente censurados. Aqueles que tiveram a ousadia de ir contra o projeto de nação que estava se desenhando pela repressão, sofreram graves consequências. Jornalistas foram perseguidos, presos, assassinados ou enviados para o exílio. Jornais, rádios e emissoras foram fechadas. Apenas quem se submetia às exigências dos militares foi capaz de sobreviver sem grandes sequelas. Com o controle da narrativa, as Forças Armadas puderam esconder informações, negando ou ignorando evidências concretas, minimizar a gravidade dos acontecimentos, passar um falso equilíbrio de forças entre a repressão e os que





insurgiram contra ela, fazer uma importante propaganda do regime e influenciar a opinião pública, transmitindo seus códigos e valores.

O controle e as perversidades da ditadura civil-militar foram muito além da tortura de corpos revolucionários. Uma população inteira sofreu com ações advindas das forças repressivas, direta ou indiretamente, por meio de perseguições, violação de suas privacidades ou mesmo pelas políticas econômicas e sociais de um regime falido. O esquecimento forçado desse momento tão significativo da nossa história produz consequências graves para toda a sociedade. A impunidade provoca não apenas a possibilidade de uma repetição da barbárie vivida, como também normatiza o comportamento ilegal de um Estado opressor, naturalizando violências e práticas abusivas¹⁰. É em meio a este cenário de banalização de sofrimentos que se forjou o governo mais autoritário desde a saída dos militares.

Nos últimos anos, foi possível perceber um aumento nas manifestações favoráveis a movimentos antidemocráticos no Brasil. Em 2013, pessoas de todas as idades foram para as ruas em protesto pelas mais diversas causas- o que antes ficava restrito a determinados grupos. No mês de junho, o país inteiro se mobilizou no que inicialmente era uma luta contra o aumento da passagem de ônibus, e acabou se tornando uma verdadeira mistura de pautas que iam desde o descontentamento com a tributação de impostos até o fim da corrupção.

Com a efervescência de uma sociedade que se dizia acordada depois de anos em silêncio, 2014 foi marcado por muitos eventos importantes. O mesmo país que sediava alegremente a Copa do Mundo de futebol, entregava o relatório de uma investigação feita sobre os anos mais sombrios de sua história recente. A Comissão Nacional da Verdade mexeu com sentimentos mal resolvidos de um país que já estava em ebulição. O ano se encerrou com eleições presidenciais, na qual a então presidenta- e ex-preses política-, Dilma Rousseff, garantiu sua reeleição.

Seus adversários não aceitaram o resultado das urnas e pediram uma recontagem de votos. Novas manifestações aconteceram, mas dessa vez as ruas se dividiam entre os simpatizantes à presidenta e os que acreditavam que o Partido dos Trabalhadores (PT) deveria sair do poder, ignorando o resultado do processo democrático.

Com um golpe de Estado fantasiado de impeachment, em 2016 forças antidemocráticas manipularam mais uma vez a política brasileira. Durante o julgamento no Parlamento, entre

votos adeptos e contrários ao afastamento da presidenta, um deputado empenhou-se em chamar a atenção. Jair Messias Bolsonaro dedicou seu voto favorável ao único torturador oficialmente reconhecido pelo Estado brasileiro, Carlos Alberto Brilhante Ustra¹¹, a quem inclusive tratou como “o pavor de Dilma Rousseff”.

Esta não foi a primeira menção de Bolsonaro à ditadura. Em mais de uma ocasião, o então deputado demonstrou uma profunda admiração pelas atitudes repressivas dos militares, em especial ao AI-5. Em 2010, chegou a dizer que durante o regime militar, “o povo gozou de plena liberdade e de direitos humanos”¹² e que iludidamente trocaram “tudo isso” pelo direito ao voto. Poucos meses depois da homenagem à Ustra, o capitão da reserva falou em entrevista que “o erro da ditadura foi torturar e não matar”. Sobre os desaparecidos do Araguaia, Bolsonaro afixou um cartaz na porta de seu gabinete com o dizer “quem procura osso é cachorro”.

O que para alguns soa como absurdo, para outros é considerado banal. No passar dos anos, Bolsonaro deixou o lugar de outsider político e angariou apoio entre setores da sociedade que faziam oposição ao governo petista. A “ameaça comunista” que nos anos 1960 supostamente pairava sobre o país, ganhou uma nova roupagem com os avanços sociais dos governos Lula e Dilma.

Na busca pelo cargo mais alto da carreira política, Bolsonaro utilizou muitas vezes de discursos e atitudes similares àqueles por quem tanto demonstrou admiração em toda sua trajetória. Durante a campanha presidencial de 2018, na qual se colocou como candidato representante do “antissistema” (ainda que

fosse deputado há 28 anos e tivesse a família inteira envolvida com política), o ex-militar falou, em cima de um carro de som, sobre “fuzilar a petralhada”¹³. Sua campanha ainda contou com ampla disseminação de notícias falsas e intimidação de eleitores, com mensagens anônimas que prometiam até mesmo acionar as Forças Armadas, se entendido como necessário¹⁴.

Após vencer as eleições, já em 2019, Bolsonaro tentou realizar uma comemoração do golpe de 1964, mas acabou recuando em função de uma repercussão negativa até mesmo entre os militares. No entanto, o Palácio do Planalto divulgou um vídeo que traz a visão “bolsonarista” sobre a ditadura civil-militar, ignorando fatos e distorcendo a realidade, exaltando o exército brasileiro e todos aqueles que foram responsáveis ou coniventes com o regime.

Para além do discurso favorável à repressão, o presidente vem demonstrando verdadeiro desdém para com as instituições democráticas, mesmo durante o exercício do cargo. Há pouco mais de dois anos na presidência, Bolsonaro já protagonizou momentos de agressões verbais e tentativas de censura a jornalistas, somadas à forte campanha de descredibilização das grandes mídias, defendendo o discurso de que apenas as suas redes sociais detém as informações verdadeiras sobre as ações e interesses do governo.

Participou também de diversas manifestações de apoio à intervenção militar, à volta do AI-5, ao fechamento do Congresso Nacional e do Supremo Tribunal Federal. Mesmo em 2020, com o país imerso em uma forte crise política, social, econômica e sanitária, em decorrência de ações governamentais, em especial, relacionadas à pandemia de coronavírus, Bolsonaro continuou insuflando manifestações antidemocráticas¹⁵, rompendo com

recomendações de órgãos de saúde e desviando a atenção pública de seus escândalos de corrupção e inércia perante as crises.

O receio do regime democrático em recordar seu passado trágico nos levou a uma sociedade que desconhece sua verdadeira história e apresenta dificuldades em superá-la. As Comissões Nacional e Estaduais da Verdade, assim como Comitês advindos da sociedade civil, já avançaram muito na rememoração deste triste período da história brasileira. Mas ainda há muito o que avançar.

Dentre as recomendações da CNV, estava a necessidade de dar continuidade aos trabalhos de apuração de fatos e à busca da verdade exercido por esta durante sua atuação¹⁶. Com um governo federal que homenageia torturadores e exalta atos antidemocráticos, caberá à própria sociedade a missão de manter viva a memória das vítimas da ditadura e de cobrar justiça para os crimes cometidos pelo Estado contra seus cidadãos e cidadãs.

É preciso que não se esqueça, para que nunca mais aconteça.

¹ O termo “ditabranda” foi utilizado em um editorial publicado pelo jornal Folha de São Paulo em 17 de fevereiro de 2009 [<https://www1.folha.uol.com.br/fsp/opiniaofz1702200901.htm>] para se referir à ditadura brasileira e é bastante mencionado por aqueles que buscam amenizar os efeitos catastróficos do regime autoritário.

² NAPOLITANO, Marcos. 1964: História do Regime Militar Brasileiro. São Paulo: Contexto, 2014.

³ O partido foi fundado após a edição do Ato Institucional nº 2, que acabava com o pluripartidarismo. Pela legislação, eram reconhecidos apenas a Aliança Renovadora Nacional (ARENA), base da ditadura, e o Movimento Democrático Brasileiro (MDB), responsável pela oposição.

⁴ Memórias da Ditadura- Períodos da Ditadura. Disponível em: <http://memoriasda-ditadura.org.br/periodos-da-ditadura/>.

⁵ ARQUIDIOCESE de São Paulo. Brasil: nunca mais. Petrópolis: Editora Vozes, 1985.

⁶ Memórias da Ditadura- Indígenas. Disponível em: <http://memoriasdaditadura.org.br/indigenas/>.

⁷ COMISSÃO Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos. Direito à Memória e à Verdade: Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos. Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos, 2007.

⁸ Memórias da Ditadura- Períodos da Ditadura.

⁹ PADRÓS, Enrique Serra. Elementos constitutivos do Terror de Estado implementado pelas Ditaduras Cívico-Militares de Segurança Nacional latino-americanas. In: PADRÓS, Enrique Serra. As ditaduras de segurança nacional: Brasil e Cone Sul. Porto Alegre: CORAG, 2006.

¹⁰ KEHL, Maria Rita. Tortura e sintoma social. In: TELES, Edson; SAFATLE, Vladimir. O que resta da ditadura: a exceção brasileira. São Paulo: Boitempo, 2010.

¹¹ Coronel do Exército Brasileiro e ex-chefe do DOI-CODI do II Exército, Ustra foi responsável pela tortura de inúmeros presos políticos, entre eles, Dilma Rousseff.

¹² Doze vezes em que Bolsonaro e seus filhos exaltaram e acenaram à ditadura. Disponível em: <https://veja.abril.com.br/politica/doze-vezes-em-que-bolsonaro-e-seus-filhos-exaltaram-e-acenaram-a-ditadura/>.

¹³ “Vamos fuzilar a petralhada”, diz Bolsonaro em campanha no Acre. Disponível em: <https://exame.com/brasil/vamos-fuzilar-a-petralhada-diz-bolsonaro-em-campanha-no-acre/>.

¹⁴ Campanha de Bolsonaro já era acusada de vários crimes antes de caixa 2. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2018/10/19/campanha-de-bolsonaro-ja-era-acusada-de-varios-crimes-antes-de-caixa-2>. Acesso em 9 de Setembro de 2020.

¹⁵ Bolsonaro rompe isolamento e vai a atos contra o Congresso em meio à crise do coronavírus. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2020-03-15/bolsonaro-rompe-isolamento-e-endossa-atos-contra-congresso-em-meio-a-cri-se-do-coronavirus.html>.

¹⁶ BRASIL. Comissão Nacional da Verdade. Relatório da Comissão Nacional da Verdade. Brasília: CNV, 2014.

Deputada Federal

MARIA do
ROSÁRIO 

O AMOR NOS MOVE,
A LUTA NOS LIBERTA.

BRASILIA/DF:
CÂMARA DOS DEPUTADOS
ANEXO IV, GABINETE 312
CEP 70160-900
FONE: (61) 3215-5312
E-MAIL: COMUNICACAO.MARIADOROSARIO@GMAIL.COM

PORTO ALEGRE/RS:
RUA URUGUAI, 155 SALA 1403
CENTRO
CEP: 90010-140
FONE: (51) 3737-8023
E-MAIL: DEP.MARIADOROSARIO@CAMARA.LEG.BR